...continuação pelas disposições a seguir ou vier a ser alterado por acordo entre as partes. **Artigo 40** A arbitragem será conduzida no idioma Português e terá sede na cidade de São Paulo/SP, onde o laudo arbitral deverá ser proferido. Os árbitros não terão poderes para decidir qualquer litígio com base em regras de equidade. **Artigo 41** O Tribunal Arbitral será composto por 3 árbitros ("Tribunal Arbitral"), sendo um indicado pelo requerente, ou requerentes, conjuntamente e outro, pelo requerido, ou requeridos, conjuntamente. Dentro de 15 dias após a confirmação de seus nomes pela Câmara, os 2 árbitros indicados pelas partes deverão indicar o terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral. Caso qualquer das partes ou os árbitros indicados por elas deixem de proceder à indicação, esta será realizada de acordo com o regulamento. **Artigo 42** Todos os custos e despesas relativos ao procedimento arbitral serão divididos e pagos equitativamente pelas partes durante o procedimento. O laudo arbitral deverá, ao final, atribuir à parte perdedora, ou a ambas as partes, na proporção do sucesso de seus pedidos, os custos e despesas da arbitragem, incluindo honorários de advogado não contratuais. Outras despesas, tais como honorários contratuais de advogado, despesas gerais e quaisquer outros custos incorridos pelas partes não deverão ser objeto de reembolso. **Artigo 43** Sem prejuízo da presente cláusula arbitral, as partes elegem o foro da Cidade de São Paulo/SP, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar e julgar

quaisquer demandas relativas: (i) à instalação da arbitragem e (ii) à concessão de medidas cautelares e de urgência, anteriormente à constituição do Tribunal Arbitral. A concessão de qualquer medida de urgência deverá ser imediatamente informada pela parte requerente da medida à Câmara e poderá ser confirmada, modificada ou suspensa pelo Tribunal Arbitral tão logo este seja constituído. **Artigo 44** Uma vez devidamente constituído, o Tribunal Arbitral detém competência exclusiva para a decretação de quaisquer medidas cautelares ou de urgência. **Artigo 45** O laudo arbitral será final e resolverá definitivamente a disputa entre as partes objeto da arbitragem e, tal como quaisquer ordens ou medidas determinadas pelo Tribunal Arbitral, vinculará as partes e seus sucessores, podendo ser objeto de execução perante qualquer foro que possua jurisdição sobre a matéria, as partes ou bens relevantes. **Artigo 46** A arbitragem será confidencial e as partes não deverão revelar a nenhum terceiro nenhuma informação ou documentação apresentada na arbitragem que não seja de domínio público ou provas ou materiais produzidos em razão da arbitragem ou qualquer ordem ou laudo proferido na arbitragem, exceto, e apenas na medida em que tal revelação: (i) decorra de força de lei ou regulamentação; (ii) vise a proteger um direito; (iii) seja necessária para a execução judicial do laudo arbitral ou (iv) seja necessária para a obtenção de aconselhamento legal, regulatório, financeiro, contábil ou similares.

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 59.884.445/0001-24 - NIRE 35.300.122.691

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30/04/2017

1. Data, Hora e Local: 30/04/2017, às 16:00h, na sede social da Rosag Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), localizada em SP, na Rua Guaianases, nº 1281, sala 2, Campos Elísios. **2. Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas, dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."). **3. Composição da Mesa:** Presidente: Jayme Brasil Garfinkel. Secretário: Luiz Paulo Horta de Siqueira. **4. Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) proposta de cisão parcial da Companhia, com versão da parcela patrimonial cindida para a Pétalas Empreendimentos e Participações S.A., com sede na Capital de SP, na Rua Guaianases, nº 1281, sala 3, Campos Elísios, CEP 01204-001, inscrita no CNPJ sob o nº 01.394.199/0001-42 e registrada na JUCESP sob o NIRE 35.300.146.824 ("Pétalas"), nas condições indicadas no protocolo e justificativa de cisão parcial; (ii) laudo de avaliação da parcela patrimonial cindida; (iii) ratificação da nomeação dos peritos responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação; (iv) redução do capital social da Companhia em decorrência da cisão parcial, com consequente alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia; e (v) autorização à diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias para implementar a cisão parcial. **5. Deliberações:** discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade, deliberam por: 5.1 aprovar a proposta de cisão parcial da Companhia, com versão da parcela patrimonial cindida, de valor líquido total correspondente a R\$ 2.292.843,68 para a Pétalas, nos termos indicados no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial, elaborado e firmado pelos diretores da Companhia e da Pétalas, que integra esta ata como seu anexo (Anexo I - Protocolo e Justificação de Cisão Parcial) e que também é integralmente aprovado pelos acionistas; 5.2 nos termos do artigo 8º da Lei das S.A., ratificar a nomeação dos 3 peritos responsáveis pela avaliação da parcela patrimonial cindida da Companhia, quais sejam os Srs. Ricardo Matsubara, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC/SP sob o nº 183.216/O-0, e no CPF/MF sob o nº 059.460.288-20; José Emídio de Freitas, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC/SP sob o nº 157.276/O-6 e CPF sob o nº 006.700.398-29; e Ricardo Fracarroli de Almeida, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC/SP sob o nº 164.738/O-2, e no CPF/MF sob o nº 052.382.388-60; todos com escritório em SP/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.572, Conjuntos 917 e 1.214, Jardim Paulistano; 5.3 aprovar o Laudo de Avaliação da Companhia apresentado pelos peritos mencionados acima, que consta como anexo a esta ata (Anexo II - Laudo de Avaliação), declarando plena concordância com os valores e critérios nele constantes; 5.4 em decorrência da aprovação da cisão parcial, aprovaram a redução do capital social da Companhia, de R\$ 354.890.061,24 para R\$ 352.597.217,56, sendo a diminuição no valor de R\$ 2.292.843,68 operada mediante o cancelamento de 9.041 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes ao Sr. Jayme Brasil Garfinkel. 5.4.1 Nos termos do artigo 229, § 5º da Lei das S.A., a versão da parcela patrimonial cindida para a Pétalas se dará mediante cancelamento somente de ações de emissão da Companhia de titularidade do Sr. Jayme Brasil Garfinkel, sendo que todos os acionistas da Companhia estão plenamente de acordo, sem qualquer restrição, com tal procedimento; 5.5 aprovaram, em decorrência das deliberações tomadas acima, a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 352.597.217,56, dividido em 3.184.245 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal"; 5.6 autorizaram a Diretoria da Companhia, nos termos do artigo 229, § 4º da Lei das S.A., a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização da cisão parcial, incluindo o arquivamento e publicação dos instrumentos relativos à operação. **6. Documentos arquivados na sede social:** Protocolo e Justificação de Cisão Parcial. Laudo de Avaliação. Balanço Patrimonial. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do artigo 130, § 1º da Lei das S.A., a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e assinada pelos acionistas presentes. São Paulo, 30/04/2017. **Acionistas presentes:** Jayme Brasil Garfinkel e Pares Empreendimentos e Participações S.A., representada por Jayme Brasil Garfinkel. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Jayme Brasil Garfinkel** - Presidente; **Luiz Paulo Horta de Siqueira** - Secretário. JUCESP nº 258.495/17-0 em 08/06/2017. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

CNPJ/MF 07.658.098/0001-18 - NIRE 35.300.382.846

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Aos 14/09/2018, às 10:00 horas, na sede social da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo/SP, na Rua Doutor Plínio Barreto, 365, CEP 01313-020. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, Qualicorp S.A., conforme registro e assinatura constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa:** Presidente: Sra. Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho; Secretária: Sra. Rosângela Martins de Souza. **Deliberações:** Após exame e discussão acerca dos itens constantes da ordem do dia, o acionista presente deliberou, sem ressalvas: (i) Aprovar o encerramento dos seguintes estabelecimentos filiais da Companhia: (a) Filial I (CNPJ 07.658.098/0010-09 - NIRE 53.9.0037454-7): situada na ST SCN Quadra 05, nº 50, Edifício Brasília Shopping, Bloco A, Salas 318, 418 (parte), 718 e 719, Asa Norte, CEP 070715-900, Brasília, DF; e (b) Filial II (CNPJ 07.658.098/0009-75 - NIRE 31.902.555.036): situada na Rua Gonçalves Dias, nº 89, Sala 702, Funcionários, CEP 30140-090, Belo Horizonte, MG. (ii) Em virtude da deliberação do item (i) acima, alterar o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Doutor Plínio Barreto, nº 365, parte, CEP 01313-020, e poderá instalar, alterar e encerrar filiais, atribuindo-lhes capital próprio, estabelecimentos industriais e comerciais, escritórios e depósitos em outras praças do País e do exterior, mediante deliberação da Diretoria. § Único. A Companhia possui 1 (um) estabelecimento filial, localizado na cidade de São Paulo/SP, na Rua Doutor Plínio Barreto, nº 365, parte, CEP 01313-020 (CNPJ 07.755.207/0011-90 - NIRE 35.905.428.519), com capital destacado de R\$ 1.000,00, para efeitos fiscais." (iii) Aprovar a prática, pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas acima, bem como ratificar os atos já praticados por tais pessoas para o mesmo fim. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisese fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** Presidente: Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho. Secretária: Rosângela Martins de Souza. Acionista: Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (por Rosângela Martins de Souza e Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho). São Paulo, 14/09/2018. **Mesa: Grace Cury de Almeida G. Tourinho** - Presidente; **Rosângela Martins de Souza** - Secretária. JUCESP nº 575.330/18-1 em 07/12/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - NIRE nº 35300367308

CVM nº 21741

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de 2018, às 10:00 horas, na sede da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes nº 1.553, 3º andar, CEP 05419-001. **Convocação:** Convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme o Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme o Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** O Sr. Milton Scatolini Menten foi o Presidente da mesa e o Sr. Victor Alexandre Molinari Rosa foi o secretário da mesa. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a realização da 5ª (quinta) emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Companhia, em consonância com o disposto na Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 600 de 01 de agosto de 2018 ("Emissão"). **Deliberações:** Instalada a reunião e procedida à leitura da Ordem do Dia, foi aprovada, conforme atribuições previstas no item (I) do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, a realização da Emissão e da Oferta Pública, com as seguintes características principais: (i) a Emissão será a 5ª (quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Companhia; (ii) a Emissão será realizada em duas séries, sendo a 1ª Série pertencente à Classe Série A ("CRA Série A") e a 2ª Série pertencente à Classe Série B ("CRA Série B") e, em conjunto com os CRA Série A, os "CRA"; (iii) serão emitidos até 600.000 (seiscentos mil) CRA, podendo ser emitidos até 600.000 (seiscentos mil) CRA Série A e até 600.000 (seiscentos mil) CRA Série B, sendo que a quantidade de CRA a ser alocada em cada uma das Séries será definida por meio de Sistema de Vasos Comunicantes, de acordo com a demanda de mercado a ser apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, com valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais), na respectiva data de emissão ("Valor Nominal Unitário"). A quantidade de CRA inicialmente ofertada, equivalente a 600.000 (seiscentos mil) CRA, poderá ser aumentada em até 20% (vinte por cento), mediante exercício da Opção de Lote Adicional; (iv) os CRA Série A serão lastreados por Debêntures da 1ª (primeira) série da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, emitidas pela Camil Alimentos S.A.; (v) os CRA Série B serão lastreados por Debêntures da 2ª (segunda) série da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, emitidas pela Camil Alimentos S.A.; (vi) os CRA serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Imobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada; (vii) os CRA Série A farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, conforme o caso, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração da Série A imediatamente anterior, conforme o caso, correspondentes à variação acumulada de percentual da Taxa DI, a ser determinado em Procedimento de *Bookbuilding* e os CRA Série B farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, conforme o caso, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração da Série B imediatamente anterior, conforme o caso, correspondentes à variação acumulada de percentual da Taxa DI, a ser determinado em Procedimento de *Bookbuilding*; (viii) os CRA contarão com a instituição de regime fiduciário sobre os direitos creditórios que lastreiam esta Emissão; (ix) as demais condições da Emissão encontrar-se-ão descritas no Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados de Recebíveis da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Série da 5ª (quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a ser formalizado oportunamente pela Companhia e pelo agente fiduciário contratado para a Emissão. Por fim, foi autorizado e determinado que os diretores da Companhia promovam todos os atos necessários à implementação das deliberações da presente Ata. **Encerramento, Aprovação, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a deliberar, o Sr. Presidente deu por encerrado e concluído o trabalho. A sessão foi suspensa durante o tempo necessário à lavratura da Ata. Reaberta a sessão, a presente foi lida, considerada em ordem, aprovada e devidamente assinada, em três vias iguais e de igual teor, na presença de duas testemunhas. A presente ata deverá ser levada a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo. São Paulo, 28 de dezembro de 2018. **Milton Scatolini Menten** - Presidente da Mesa; **Victor Alexandre Molinari Rosa** - Secretário da Mesa; **Conselheiros Presentes:** Milton Scatolini Menten, Joaquim Douglas de Albuquerque, Moacir Ferreira Teixeira. JUCESP nº 42.605/19-2 em 14/01/2019. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

AG Securitizadora S.A.

CNPJ 31.498.018/0001-99 - NIRE 3530052199-4

Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 26/11/2018

Data, Horário e Local: 26/11/18, 17h, na sede social. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Gerson Luiz Pereira de Camargo, Presidente, e Luís Henrique dos Santos, Secretário. **Deliberações Tomadas pela Unanimidade dos Presentes:** Item (a) da Ordem do Dia: Os acionistas aprovaram de forma unânime a 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, para distribuição privada, não sujeita, portanto, ao registro perante a CVM, com as seguintes características: (a) o valor total de emissão será de R\$ 10.000.000,00; (b) a emissão será realizada em série única, com 1.000 debêntures com juros remuneratórios de até 140% da taxa média diária do DI já calculáveis a partir do primeiro dia da integralização, para debêntures resgatadas no vencimento ou recompradas em prazo superior a 1 ano a partir da aquisição; reduzindo-se os juros para 130% do CDI para debêntures recompradas de 6 meses e 1 dia até 1 ano; reduzindo-se os juros para 120% do CDI para debêntures recompradas de 3 meses e 1 dia até 6 meses, reduzindo-se os juros para 110% do CDI para debêntures recompradas de 1 dia até 3 meses; (c) o valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$ 10.000,00; (d) as Debêntures serão nominativas, não conversíveis em ações, da espécie subordinadas, portanto, sem prestação de garantias; (e) as Debêntures terão prazo de vencimento até o dia 26/11/2028, podendo ser prorrogado; (f) sendo a Emissora companhia de capital fechado, as Debêntures serão subscritas em caráter privado, mediante negociação direta havida entre a Emissora e os debenturistas; (g) sendo a emissão privada, sem admissão das Debêntures à negociação no mercado, nos termos do artigo 61 da LSA, fica dispensada a nomeação de Agente Fiduciário; e (h) havendo atraso no pagamento das Debêntures, fica estipulada a multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (i) as Debêntures permitirão recompra por opção feita pela Sociedade a qualquer momento, bem como recompra mediante solicitação dos debenturistas, com prazos escalonados de pagamento diferenciados para pedidos até R\$ 100.000,00, acima de R\$ 100.000,01 e até R\$ 500.000,00, a partir de R\$ 500.000,01 até R\$ 1.000.000,00 e acima de 1.000.000,01, sendo pagos, respectivamente, em parcela única em até 30 dias, 45 dias, 60 dias e 90 dias; (j) Os juros remuneratórios das Debêntures serão capitalizados mensalmente e poderão ser pagos mensalmente, trimestralmente, semestralmente, anualmente ou no vencimento, conforme opção a ser feita pelo subscritor no Boletim de Subscrição; (k) caberá à Escritura de Emissão de Debêntures descrever os detalhes da emissão. **Encerramento:** Nada mais. Araraquara/SP, 26/11/18. Gerson Luiz Pereira de Camargo - Presidente da Mesa; Luís Henrique dos Santos - Secretário da Mesa. JUCESP nº 5.411/19-1 em 11/01/2019. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

EDP - Energias do Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03 - NIRE nº 35.300.179.731

Ata da 254ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 11/12/2018

1. Data, Horário e Local: em 11/12/2018, às 15h, na sede da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), São Paulo/SP, na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 8º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-006. **2. Convocação e Presenças:** A reunião foi instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração Sr. Antônio Luis Guerra Nunes Mexia, do Vice-Presidente do Conselho de Administração Sr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas; e dos Conselheiros Srs. Miguel Stilwell de Andrade, João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, Pedro Sampaio Malan, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Francisco Carlos Coutinho Pitella, Modesto Souza Barros Carvalhosa e Juliana Rozenbaum Munemori, todos por videoconferência. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Antônio Luis Guerra Nunes Mexia; Secretário: Sr. Fabio William Loreti. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (4.1) a manifestação da Companhia, na qualidade de acionista da EDP Transmissão SP-MG S.A. ("EDP SP-MG"), no âmbito da assembleia geral de acionistas da EDP SP-MG relativa à sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante total de R\$250.000.000,00 ("Debêntures") ("Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (4.2) a prestação de fiança corporativa pela Companhia, em benefício dos titulares das Debêntures, de forma a assegurar o fiel, integral e pontual pagamento das obrigações da EDP SP-MG assumidas na Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) ("Obrigações Garantidas") ("Fiança"), a qual (a) entrará em vigor na Data de Emissão (conforme abaixo definido); e (b) será realizada com renúncia expressa da Companhia aos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 837, 838 e seus incisos e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), e aos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"); (4.3) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todas as providências necessárias para o cumprimento integral das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão e demais documentos relacionados e seus eventuais aditamentos; e (4.4) a ratificação de todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente à data desta reunião. **5. Deliberações:** Por unanimidade dos presentes, e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, foram tomadas as seguintes deliberações: 5.1 A manifestação da Companhia, na qualidade de acionista da EDP SP-MG, no âmbito da assembleia geral de acionistas da EDP SP-MG, de voto favorável à Emissão e à Oferta, a qual será realizada no valor total de R\$250.000.000,00, em 13/12/2018 ("Data de Emissão"), terá prazo de vencimento de 18 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13/06/2020, e terá suas características detalhadas e reguladas por meio da competente escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"). 5.2 A prestação da Fiança, a qual (a) entrará em vigor na Data de Emissão; e (b) será realizada com renúncia expressa da Companhia aos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 837, 838 e seus incisos e 839, todos do Código Civil, e aos artigos 130 e 794 do Código de Processo Civil. 5.3 A autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias para o cumprimento integral das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando à celebração da Escritura de Emissão e demais documentos relacionados e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes à Emissão e à Oferta. 5.4 Aprovar a ratificação de todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente à data desta reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. Os votos proferidos pelos membros do Conselho de Administração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, serão juntados ao livro próprio logo após a transcrição da presente ata. Confere com o original lavrado no livro próprio. Mesa: Fabio William Loreti - Secretário da Mesa. JUCESP nº 429/19-3 em 02/01/2019. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 08.692.727/0001-99 - NIRE 35.300.356.306

Ata de Assembleia Geral Ordinária de 23 de novembro de 2018

Data, Hora e Local: Aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro de 2018, às 10:00, na sede social da Morang Empreendimentos e Participações S.A., na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.064, 14º andar, sala 1.446, Bela Vista, CEP 01310-200 ("Sociedade"). **convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, em razão da presença das acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Sr. Cesar Amendolara e Secretária: Sra. Clarissa Gomes Cardim. **Ordem do Dia:** Deliberar acerca das seguintes matérias: (i) tomar as contas da administração, examinar, discutir e deliberar acerca da aprovação do balanço patrimonial e respectivas demonstrações de resultado da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) deliberar acerca da aprovação do balanço de resultado econômico e demais demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iii) aprovar as contas da administração; (iv) deliberar acerca da destinação de lucros e distribuição de dividendos; e (v) outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** Instalada a Assembleia e procedida à leitura da ordem do dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, foram tomadas as seguintes deliberações pelas acionistas: (i) Tomar as contas da administração e aprovar o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) Aprovar as contas da administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (iv) Em razão dos prejuízos apurados no balanço patrimonial e nas respectivas demonstrações de resultado relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ora aprovados, as acionistas concordam que não haverá destinação de lucros e distribuição de dividendos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, determinou o Sr. Presidente que se lavrasse a presente Ata, a qual, após lida e achada conforme por todos, foi assinada pelos membros da mesa. **Mesa:** Presidente – Cesar Amendolara e Secretária – Clarissa Gomes Cardim. **Acionistas:** Morang LLC e Morang II LLC. (Confere com o original lavrado em livro próprio). São Paulo, 23 de novembro de 2018. Assinaturas: Mesa: Cesar Amendolara – Presidente; Clarissa Gomes Cardim – Secretária. JUCESP – Certífico o registro sob o nº 3.962/19-2 em 09/01/2019. Flávia Regina Britto Gonçalves – Secretária Geral.